



1 **Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate a**
2 **Corrupção. Data:** 04 de maio de 2018, às 14h00. **Local:** Sala de reuniões da Secretaria
3 de Estado de Controle e Transparência, situada na Av. Governador Bley, 236, Ed. Fábio
4 Ruschi, 8º andar, Centro, Vitória. Ao quarto dia do mês de maio de dois mil e dezoito, às
5 quatorze horas, reuniu-se o **CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**
6 **E COMBATE A CORRUPÇÃO** sob a Presidência do Sr. **Marcos Paulo Pugal da**
7 **Silva**, Secretário de Estado de Controle e Transparência e Presidente do Conselho. A
8 reunião foi secretariada pelo Secretário-Executivo **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA** e
9 contou com a presença dos seguintes representantes dos órgãos participantes: **Alex**
10 **Pretti**, representante suplente da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo – DP-
11 ES; **Fabiana Alves da Silva**, representante suplente da Secretaria de Estado da
12 Fazenda – SEFAZ; **Fernando Antônio Marins de Albuquerque**, representante suplente
13 da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER, **Lidson Fausto da**
14 **Silva**, representante suplente do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MPE-
15 ES, **Sandra Mara Magevski**, representante suplente da Secretaria de Estado de
16 Orçamento e Planejamento – SEP; **Cláudio Colnago**, Ordem dos Advogados do Brasil –
17 Seccional Espírito Santo – OAB-ES, **Eliézer Lins Sant’anna**, Procuradoria Geral do
18 Estado – PGE. Não participaram da reunião: **Douglas Dantas Cardoso Gardiman**,
19 representante do Sindicato dos Jornalistas, **Emanuel Junqueira**, representante da
20 Universidade Federal do Estado do Espírito Santo – UFES; Tribunal de Contas do
21 Estado do Espírito Santo – TCE-ES, ONG Transparência Capixaba, Conselho Estadual
22 de Ética Pública do Estado do Espírito Santo, Central Única dos Trabalhadores -
23 CUT/ES e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo – FAES. I.
24 Foi declarada aberta a Sessão Conjunta pelo Presidente. II. Na ordem do dia, o
25 Secretário-Executivo fez a apresentação da pauta da reunião, que foi a seguinte: 1)
26 Abertura da reunião - Presidente do Conselho; 2) Leitura e discussão da Ata da 31ª
27 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Transparência e Combate à Corrupção; 3)
28 Informes; 4) Apresentação do MAILA – robô do Portal da Transparência; 5) Deliberações
29 da 31ª Reunião Ordinária; 6) Questões de ordem e encaminhamentos. III. Em seguida,
30 Presidente do Conselho cumprimentou os presentes e deu prosseguimento à reunião.
31 IV. Na sequência foi lida e discutida a Ata da 31ª Reunião Ordinária, oportunidade em
32 que o Dr. Cláudio questionou qual teria sido a motivação da colocação do Conselheiro
33 Emanuel em relação aos atrasos referentes a Concessão da ECO 101, em que o
34 Presidente do Conselho respondeu que na ocasião o mesmo indagou se o Governo do



35 Estado estaria tomando alguma providência a respeito do tema, apesar de não se tratar
36 de um contrato do Estado. O Conselheiro representante do MPES, Dr. Lidson, informou
37 sobre a existência de inquéritos que investigam o assunto, e que esses estão sob
38 comando do Dr. André Pimentel. Dr. Cláudio informou que caso o Conselho entenda
39 prudente, sugeriu convidar um representante da ECO 101 para explicar a situação.
40 Nesse sentido, após discussão de viabilidade e competência do Conselho, ficou
41 deliberado que seria consultado o Conselheiro que trouxe a problemática, para que este
42 avalie a pertinência do convite. Em seguida, a Ata foi aprovada por unanimidade. V.
43 Dado seguimento, o Secretário-Executivo passou aos informes: 1) Servidores de seis
44 municípios do Norte são capacitados pelo “Secont na Estrada” em Montanha. O mesmo
45 evento foi realizado em Ibatiba, no dia 03/05, o Presidente fez um breve histórico e
46 explanação dos eventos, frisando que a adesão tem sido abrangente. O Conselheiro
47 Lidson lembrou que o MPES tem um projeto similar o “Ética, Cidadania e Controle”, que
48 foi inaugurado em novembro, do qual participam o TCEES e o MPES. Ele também
49 informou que está sendo desenvolvido um curso com carga horária e controle de
50 presença em alguns polos do Estado. Por fim, convidou a SECONT para participar do
51 projeto. O Secretário-Executivo lembrou que consta do Planejamento Estratégico do
52 Conselho Estadual de Controle Interno - CECI um projeto semelhante, recomendando,
53 portanto, que a representante do MPES naquele colegiado, Dra. Mariana, também
54 participasse da reunião, sendo tal sugestão acolhida. Em resposta, o Presidente do
55 Conselho e Secretário da SECONT, informou que em virtude do período eleitoral o
56 Projeto “SECONT na estrada” será suspenso, o que também afetaria a parceria.
57 Entretanto, fora desse período, seria muito enriquecedora a união. Ficando, portanto,
58 **deliberado** que: **Deliberação CONSTRAIN 32-01** – “O Presidente do Conselho, após o
59 período eleitoral, irá solicitar uma reunião com o representante do MPES no CONSTRAIN
60 para tratar da possibilidade de participação da SECONT no projeto “Ética, Cidadania e
61 Controle”, oportunidade em que a representante do MPES no CECI, Dra. Mariana,
62 também seria convidada para alinhar os projetos de ambos os Conselhos”. 2) O Ranking
63 da Transparência Ambiental, que foi desenvolvido pelo MPF e que avaliou o
64 desempenho de 104 órgãos federais e estaduais na divulgação de 47 informações
65 prioritárias na área ambiental. A partir dos dados mapeados pelo projeto, o MPF enviou
66 recomendação aos órgãos para correção dos problemas, visando a ampliação do nível
67 de transparência ambiental no país. O Secretário-Executivo, que também é
68 Subsecretário de Estado da Transparência, informou que irá realizar uma avaliação do



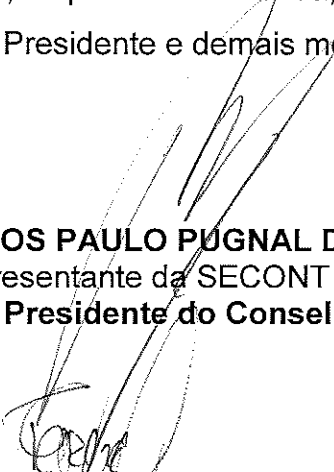
69 resultado do mencionado ranking e promover estudos para monitorar a evolução da
70 transparência nos órgãos afins. VI. O Secretário-Executivo convidou o Auditor de Estado
71 e Coordenador de Transparência da SECONT, Sr. Fabricio Massariol, para apresentar
72 aos conselheiros o tema “Robô MAILA - Monitoramento Automático de Informações de
73 Livre Acesso. O Sr. Fabricio começou informando que o MAILA foi desenvolvido em
74 2014 com a finalidade de controlar os dados de despesa, visto que era frequente a
75 ocorrência de erros na extração e atualização de dados no Portal da Transparência.
76 Com as atualizações do Portal, foi necessário também atualizar o robô, ampliando as
77 verificações e validações. Segundo o expositor, atualmente a cobertura do MAILA é de
78 90% das consultas. Ele explicou seu funcionamento através de exemplos e simulações,
79 evidenciando os benefícios e os resultados que trazidos pelo MAILA. Alguns
80 Conselheiros tiraram dúvidas sobre as funcionalidades do MAILA e ao fim da
81 apresentação o expositor e sua equipe foram elogiados pelo sucesso da implantação. O
82 Conselheiro Cláudio Colnago também registrou os parabéns aos Auditores do Estado
83 Frederico de Souza e Fabiano Louzada, pelo artigo publicado na revista da CGU e
84 apresentando na 31ª reunião do Conselho. VII. O próximo item de pauta foi o
85 acompanhamento das deliberações da 31ª Reunião Ordinária. (a) Em relação à
86 Deliberação CONSTRAN 31-01 - *o Presidente do Conselho irá encaminhar ofício ao*
87 *Secretário da SESP reiterando o pedido feito ao Subsecretário Vinicius Xavier Teixeira,*
88 *no sentido de prestar informações quanto ao andamento do estudo sobre a possibilidade*
89 *da adoção e filmagens das operações policiais, principalmente nas manifestações*
90 *populares; O Secretário-Executivo informou que antes que fosse encaminhado o ofício à*
91 *SESP a mesma respondeu que, conforme informação do Comandante da Polícia Militar,*
92 *não existe, no âmbito daquela instituição militar, projeto em andamento para atender a*
93 *recomendação, ficando **deliberado**, portanto, que: Deliberação CONSTRAN 32-02 - “O*
94 *presidente encaminhará um ofício ao Secretário de Segurança, recomendando que seja*
95 *iniciado um estudo, para avaliar as possibilidades de atender a recomendação do*
96 *Conselho, adotando, se possível, um projeto piloto”. (b) Em seguida, foi feito um relato*
97 *sobre deliberação do Conselho sobre a transparência dos gastos relacionados aos*
98 *advogados dativos (Processo nº 79224229). Nesse sentido, o representante da PGE, Dr.*
99 *Elieser, informou que a Procuradoria já se manifestou no sentido de ampliar a*
100 *transparência e que o processo seguiria para a SEFAZ. Dessa forma, ficou **deliberado***
101 *que: Deliberação CONSTRAN 32-03 - “O Secretário-Executivo agendará uma reunião*
102 *entre a PGE, SECONT e SEFAZ para discutir como seriam publicadas as informações*




GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO- CONSTRAN

103 sobre os gastos com advogados dativos no site da Secretaria de Estado da Fazenda e
104 avaliar a possibilidade de disponibilizar um link no Portal da Transparência para acessar
105 a mencionada informação". VII. O último item da pauta foram as questões de ordem e
106 encaminhamentos. Nesse sentido, foi dada palavra livre aos conselheiros. Iniciando as
107 manifestações, os conselheiros sugeriram que caso se concretize, antes da próxima
108 reunião, a divulgação das informações dos advogados dativos no Portal da
109 Transparência, que a mesma seja assunto de pauta, para uma breve apresentação. VIII.
110 Encerramento: Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e
111 declarou encerrada a sessão conjunta dos conselhos, às dezessete horas, do que, para
112 constar, eu, **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**, Secretário-Executivo, lavrei a presente
113 ata que, depois de conferida, vai assinada por mim _____, pelo
114 Senhor Presidente e demais membros do Conselho.


MARCOS PAULO PIGNAL DA SILVA
Representante da SECONT – titular
Presidente do Conselho


FABIANA ALVES DA SILVA
Representante do SEFAZ – suplente


FERNANDO DE ALBUQUERQUE
Representante da SEGER – suplente


SANDRA MARA MAGEVSKI
Representante do SEP - suplente


CLÁUDIO COLNAGO
Representante da OAB – titular


LIDSON FAUSTO DA SILVA
Representante do MPES – suplente


ELIESER LIS SANT'ANNA
Representante da PGE


ALEX PRETTI
Representante da Defensoria Pública do
Estado do Espírito Santo - suplente

115